

Camponeses no sertão catarinense:

A colonização da região do Contestado nas primeiras décadas do século XX

Delmir José Valentini¹

José Carlos Radin²

Este trabalho aborda as transformações no mundo rural no chamado sertão catarinense na região do Contestado. Trata-se de uma região fronteira que, ao longo da primeira metade do século XX, passou por profundas transformações, especialmente no que concerne ao controle e uso da terra. Destaca a opção dos governantes por determinado modelo de colonização e evidencia a Guerra do Contestado como acontecimento emblemático para explicar a luta pela terra na região, por colocar as populações que historicamente ocupavam as terras em conflito com o avanço do modelo capitalista. Tal avanço se refletiu consubstanciado pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, pela exploração da madeira e pela comercialização das terras, essas em geral destinadas aos migrantes das antigas colônias sulinas. Com isso se reforçaram as condições e a possibilidade de reprodução camponesa para os migrantes na região, pela abertura de uma nova e ampla fronteira agrícola. O modelo centrado na pequena propriedade de base familiar foi positivado pelas autoridades, opinião pública e parte da intelectualidade da época, que faziam circular a preocupação com a necessidade de colocar o Brasil no rol dos países modernos e progressistas. Isso se daria pela mudança radical em relação à forma de ocupação e de uso da terra.

A região de abrangência do Contestado estava envolta em conflitos de limites, com a Argentina e depois entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. No bojo desses conflitos a ideia de fronteira a ser conquistada marcou a ação do Estado, ao menos ao longo das primeiras décadas do século passado e fomentou inúmeras ações e

1

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Professor de História da Fronteira Sul na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

2

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e Professor de História da Fronteira Sul na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

práticas por parte do poder público, imiscuídas com o privado e se efetivaram de diferentes formas. Entre elas a chamada “limpeza do sertão” que consistia na eliminação dos que não se sujeitassem ao avanço do modelo proposto, ou à pressão para que ocupassem áreas mais íngremes e afastadas das de interesse dos colonizadores ou, ainda, pelo uso de diferentes artifícios para que esses grupos fossem incorporados como trabalhadores ao novo modelo em implantação.

A relação entre os colonizadores e os que historicamente habitavam a região produziu marcas profundas, em particular relacionadas aos conflitos de terra, ainda não resolvidas até o presente. Exemplo disso é a luta empreendida por povos indígenas que resultou na recente recuperação de antigas áreas que lhe pertenciam e outras que ainda estão sendo pleiteadas na justiça.

O contexto que envolveu a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande e a Guerra do Contestado foi marcado por significativa atuação de empresas, seja pela exploração da madeira ou pela comercialização das terras. Destacaram-se inicialmente duas subsidiárias da *Brazil Railway Company*: a *Brazil Development & Colonization Company* e a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*.

O avanço da atuação de empresas privadas na vasta fronteira agrícola do meio oeste e oeste catarinense ao longo da primeira metade do século XX ocorreu fundamentado na lógica empreendida pela Lei de Terras de 1850 que instituiu a necessidade da formalização documental, pela escritura pública, para a efetivação da propriedade da terra. Essa disputa foi desigual, pois colocou em campos diferentes pessoas que possuíam mentalidade e significado do valor imobiliário que a propriedade possuía, com um grupo também possuidor da propriedade, mesmo que não documentada, mas com mentalidade muito diferente daquele. O que significava propriedade? Para os grupos que viviam na região desde tempos imemoriais, ou mesmo os caboclos e luso-brasileiros, a posse/propriedade da terra tinha significados muito diferentes e bastante próximos de “propriedade pública” – “a terra era do governo”.

Nessa perspectiva o avanço da colonização consolidou e deu novo significado às fronteiras, de modo particular com a Argentina, pois na primeira metade do século passado um enorme contingente de camponeses migrou para essa grande fronteira agrícola. Mas que camponês interessava ao Estado e à opinião pública no processo de conquista da região do Contestado catarinense nas primeiras décadas do século XX?

Seria o autóctone ou o caboclo, ocupantes históricos da região? Seriam eles capazes de se tornar camponeses promotores do progresso tão almejado e difundido na aurora da República brasileira? Tais questionamentos motivaram inúmeras discussões no período e serviram para fundamentar um conjunto de representações que permearam as lutas entre os diferentes grupos, seja ao longo do conflito do Contestado ou no processo de apropriação privada da terra na região.

Modernizando o sertão: a atuação das companhias colonizadoras

A construção da ferrovia, a exploração comercial da madeira e a colonização das terras no Contestado são temas cruciais para a compreensão da História catarinense, tanto antes, como depois da Guerra do Contestado. No dia 23 de setembro de 1912, o jornal O PAIZ do Rio de Janeiro (23 set. 1912) publicou um artigo destacando que “nossos grandes, nobres e acertados esforços foram ter conseguido atrair para o Brasil a atenção dos capitalistas estrangeiros, mostrando-lhes as vantagens que eles poderiam auferir, auxiliando-nos na exploração de nossas inesgotáveis e inexploradas riquezas”. Com efeito, a chegada pioneira do capital norte-americano no sertão catarinense encontrou na floresta ombrófila mista um gigante potencial extrativo.

O Programa Farquhar com a sua gigante aparelhagem que buscava formar cadeias lucrativas e a interdependência entre os vários projetos, atuação de duas subsidiárias da *Brazil Railway Company* no sul do Brasil: a *Brazil Development & Colonization Company* e a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. Elas atuaram como apêndices da ferrovia São Paulo-Rio Grande e foram instaladas na região na véspera do desencadeamento da Guerra do Contestado.

A colonizadora *Brazil Development* e a madeireira *Lumber* protagonizaram as grandes transformações após a inauguração da ferrovia São Paulo-Rio Grande no oeste catarinense. No Programa Farquhar, está clara a intenção de fixar descendentes de europeus na região do Contestado. A atividade cafeeira, no Centro-Oeste, absorveu centenas de milhares de imigrantes. Segundo o próprio Percival Farquhar, era visível o anseio dos imigrantes de se tornarem proprietários de terras. No Centro-Oeste, era praticamente impossível o acesso à terra, pois imperava o sistema do colonato, com suas grandes fazendas, e dificuldades de todo tipo transformavam-se em obstáculos intransponíveis aos colonos que chegaram empobrecidos.

O interesse do governo brasileiro na ocupação efetiva do território, materializou-se na concessão de grande faixa de terra ao longo das margens dos trilhos. A Companhia do grupo Farquhar iniciou a colonização com imigrantes poloneses, ucranianos e, mais tarde, em todo o vale do rio do Peixe, chegaram, principalmente, italianos e alemães.

O processo colonizador no Oeste catarinense deu os seus primeiros passos ainda antes da conclusão da ferrovia. Através do Decreto 6.455, de 16 de abril de 1907, o Ministro Miguel Calmon, da pasta de Indústria, Viação e Obras Públicas, ligada à pasta dos Negócios de Agricultura e Comércio, expediu o Regulamento de Povoamento do Solo Brasileiro. No relatório de 1908, o Ministro interpretava os fins do regulamento, dizendo que era preciso visar especialmente à “introdução de imigrantes agricultores que se proponham estabelecer-se no País, criando centros permanentes de trabalho, de riquezas”. (Programa Farquhar).

Através da *Brazil Development & Colonization Company*, a *Brazil Railway Company* planejou a imigração em larga escala, visando especialmente a elementos europeus para se instalarem nas terras das concessões adquiridas do governo brasileiro. Já existiam centenas de milhares de imigrantes dessa procedência, trabalhando nas fazendas de café, nas indústrias manufatureiras e no comércio de São Paulo. Era conhecido o anseio desses imigrantes por se tornarem proprietários de terras, como descrito no Programa Farquhar.

A intenção se concretizaria com a criação da *Brazil Development & Colonization Company*, “com sede em Portland, Estados Unidos da América, autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto n. 9.442, de 13 de março de 1912”. (NODARI, 1999, p. 101).

Na concessão feita à empresa contratada da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, estava inclusa uma larga faixa de terras devolutas para cada lado do eixo de suas linhas. Essas terras se achavam sob a jurisdição dos Estados, mas sujeitas a reajustamento, em vista da prioridade de direito em benefício da São Paulo-Rio Grande. Baseando-se nas experiências bem sucedidas de colonização, por parte da *Canadian Pacific Railway Company* e de outras empresas, o Programa Farquhar estabeleceu o seguinte: que os colonos, com os seus próprios recursos, ou provenientes dos seus governos, ou outros quaisquer, pagassem o seu transporte até as colônias; que a

companhia demarcaria os lotes cedidos, fornecendo sementes e utensílios agrários. Tudo deveria ser indenizado pelos colonos, com os produtos de suas colheitas, dentro de determinado período de tempo. A companhia ainda forneceria orientações técnicas aos colonos. Além disso, a companhia criaria mercado para os produtos nas estações das suas linhas férreas. Este item esclarece o distanciamento médio entre as diversas estações ao longo do trajeto no vale do rio do Peixe. (P. F. *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, p.12).

O Governo italiano foi consultado sobre este programa, por intermédio da *Banca Commerciale Italiana* de Milão, a pedido da sua filial em São Paulo - o Banco Francês-Italiano para a América do Sul - e expressou a sua concordância. Ficou também resolvido que se mandaria vir ao Brasil, através da *Brazil Railway Company* e da *Banca Commerciale*, o eminente agrônomo italiano, o Prof. Niccoli, com o propósito de examinar as terras a serem colonizadas, analisar os aspectos agrônômicos, estudar o clima, apontar os produtos cultiváveis e, posteriormente, mostrar a forma de melhor se conduzir a operação da colonização em larga escala, tendo-se em vista a conveniência de se tornarem os colonos, ulteriormente, proprietários das terras de seu cultivo, diferentemente do sistema do colonato do Centro-Oeste brasileiro (loc. Cit.).

O referido agrônomo esteve no Brasil e examinou terras dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Após observações e estudos, escreveu um relatório onde se manifestava definitivamente contrário à colonização em larga escala, por meio de pequenas glebas, constatando os seguintes fatos: a falta de calcários e nitratos; após a derrubada das florestas, as terras produziam boas colheitas inicialmente, depois se depauperavam gradativa e rapidamente. O colono tratava então de abandonar as suas posses e partia em busca de outro trato de florestas para continuar o desmatamento. Além disso, destacou a necessidade imperiosa do emprego de fertilizantes, sendo recomendado o uso do esterco produzido pelos animais estabulados, como capaz de produzir efeitos mágicos no aumento das colheitas e na permanência da fertilidade das terras. Ainda, sugeriu a conveniência de se estabelecerem, inicialmente, em grandes fazendas, em vez de pequenos lotes cedidos aos colonos. (P. F. *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, p. 12-13).

Mais tarde, Percival Farquhar solicitou a vinda ao Brasil de Leigh Hunt, fundador da escola agrícola do Estado de Iowa, a mais bem reputada dos Estados

Unidos, e organizador da *Suden Plantations Company*, destinada ao cultivo do algodão. Mesmo sem ter tido conhecimento do relatório do agrônomo italiano, Leigh Hunt chegou a conclusões idênticas (Ibid., p. 13).

Além dos obstáculos apontados pelos agrônomos, as companhias da *Brazil Railway Company* enfrentaram, também, dificuldades do ponto de vista político, uma vez que a região do Contestado esteve em litígio entre os estados de Santa Catarina e do Paraná. Santa Catarina não reconhecia os títulos de posse e as concessões dados pelo Paraná a leste do rio do Peixe: “Respeitando-se posses antigas, após as primeiras demarcações, chegou-se à conclusão de que faltavam muitos quilômetros quadrados a serem demarcados”. (NODARI, 1999, p. 101).

Terras devolutas: concessões públicas, apropriação privada, demarcação e venda

A *Brazil Railway Company* teve participação em todo o processo de colonização da região do Contestado, seja agindo diretamente ao criar colônias através das duas subsidiárias: *Brazil Development Colonization Company* e a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, seja de forma indireta, “através de contratos com empresas particulares que assumiam os serviços de colonização das terras obtidas por concessão do Governo Federal” (SILVA, 1983, p. 78).

Silva analisou diversas demandas judiciais e ações que envolvem o processo de colonização em toda a região do Contestado e áreas concedidas para a *Brazil Railway Company* e suas subsidiárias. Podemos observar que entre os anos de 1908 e 1910, com a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, inicia-se o povoamento com a chegada dos trabalhadores da ferrovia. No baixo vale do rio do Peixe, ainda em 1908, ocorreu o povoamento de Piratuba. No ano de 1909, houve a “discriminação das terras devolutas - autorização dada pelo governo do Paraná para medição e demarcação das terras dos lugares Rancho Grande, Rio do Engano, Peperly e Chapecó, na época pertencentes aos Municípios de Palmas e Clevelândia” (SILVA, 1983, p. 80). As duas glebas denominadas Rio do Engano e Rancho Grande estavam localizadas entre o rio Uruguai e Concórdia; em 1910, através da “*Southern Brazil Lumber Company*”, houve a tentativa de início de colonização. Antes de se destacar Peperly e Chapecó, localizadas

mais ao extremo-oeste de Santa Catarina, faz-se necessário ressaltar as colônias Rio Uruguay, Lageado do Leãozinho, Rio Capinzal e Colônia Herval. Eram, pois, áreas amplas que abrangiam terras dos atuais municípios catarinenses de Joaçaba, Capinzal, Campos Novos e Concórdia.

No ano de 1911, a ferrovia São Paulo-Rio Grande já havia iniciado o tráfego, e o processo de colonização ganhou impulso quando o governo do estado do Paraná, através da Secretaria do Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, expediu o título de revalidação de concessão para a Companhia construtora da ferrovia.

Após a inauguração da ferrovia e das primeiras concessões de terra para a *Brazil Railway Company* para fins de colonização, seguiram-se décadas de intensas negociações de terra, seja por iniciativa da própria *Brazil Railway Company*, através de suas subsidiárias, cujos projetos constavam no Programa Farquhar, seja por companhias colonizadoras particulares.

Além das colônias pertencentes à *Brazil Railway Company* e às suas subsidiárias, muitas em pleno processo de assentamento de colonos, ainda existiam fazendas que foram adquiridas para fins de colonização. O Decreto n. 11.648, de 24 de julho de 1915, “tornou sem efeito a concessão de terras devolutas”. Segundo Nodari, “desse modo a *Lumber*, subsidiária da *Brazil Railway*, que já explorava as terras da região foi obrigada a comprá-las” (NODARI, 1999, p. 9). Ainda, é possível observar uma enorme gleba da *Brazil Development & Colonization Company* que atravessa, verticalmente, o Extremo-Oeste catarinense.

Diversas empresas colonizadoras foram constituídas e adquiriram terras da *Brazil Railway Company*, através de concessões dos governos estaduais ou mesmo através da aquisição feita de fazendeiros que possuíam títulos de propriedade. Silva (1983, p. 77-78) observou que o fato de as colonizadoras terem origem no Rio Grande do Sul influenciou na procedência do grupo humano que foi instalado nas colônias do vale do rio do Peixe e em todo o Oeste Catarinense. “Assim, essencialmente, imigrantes e descendentes de imigrantes, alemães e italianos, na sua maioria, e agricultores gaúchos, portanto provenientes das chamadas ‘velhas colônias’, irão colonizar o Meio-Oeste Catarinense”.

Deste modo, entre 1915 e 1920, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* executou vários projetos de colonização em Santa Catarina. Silva destacou os

que seguem: - em 1915, nas proximidades da estação de Herval, mediu 24.000 hectares e os dividiu em 900 lotes coloniais; - em 1916, instalou a Colônia Bom Retiro, atraindo colonos do Rio Grande do Sul; - em 1916, fundou uma colônia com 500 lotes agrícolas em Ipira. Os colonos, ali instalados, em sua maioria, eram da etnia alemã; - em 1917, as colônias de Rancho Grande e Rio do Engano (Colônia Concórdia) medindo, respectivamente $325.702.000 \text{ m}^2$ e $1.073.582.684 \text{ m}^2$, são concedidas pelo governo do Paraná para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Nos anos seguintes, várias pessoas e empresas colonizadoras atuaram nestas áreas com empreendimentos colonizadores.

Um exemplo destas compras efetuadas pela *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* ocorreu em 1921 quando, através de pagamento em dinheiro e de parte pela construção de estradas de rodagem executadas pela empresa, o governo do estado de Santa Catarina concedeu à *Lumber* uma área de $329.223.847 \text{ m}^2$ do imóvel denominado São Sebastião do Bom Retiro, constituídos pelas glebas: Ribeirão, Rio Preto, São Sebastião do Bom Retiro e Escada. A atual localização envolve parte dos municípios de Canoinhas e Porto União (SILVA, 1983, p. 87).

Além da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* que criou o distrito de Bela Vista, município de Cruzeiro, cabe referir os seguintes colonizadores: - Bohdan Miskoszemiski requereu através de compra da *Brazil Railway Company* lotes para 168 famílias, moradores da região como intrusos, e outros, vindos do Rio Grande do Sul, na Colônia do Rio do Engano; - João Serigo, Otto Henrique Fillanann, Alfredo Walter Schreiner, Alfredo Heineck, Hugo Hexsel, Eugenio Zimmermann, Victor Aren e Gustavo Schlichting também compraram terras da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande no Rio do Engano. Esta área perfazia 89.208 hectares, divididos em lotes de dez alqueires cada um e foram deduzidos 28.150 hectares, com 750 lotes já vendidos aos sertanejos, constando em um contrato feito entre a *Lumber* e José Fabrício das Neves - este último, de forte ascendência sobre os caboclos, antigos moradores da região, foi figura importante no combate do Irani, o primeiro combate da Guerra do Contestado; - Manoel dos Passos Maia requereu do Estado de Santa Catarina uma área de terras devolutas, na extensão de 100.000 hectares, na margem esquerda do Rio Chapecó para a colonização das terras e para a fundação de estabelecimentos industriais

no Município de Chapecó. Mais tarde, Passo Maia e Ernesto Bertaso fundaram a Empresa Bertaso, Maia e Cia. Esta empresa também recebeu do governo de Santa Catarina terras devolutas para a colonização no Rio do Engano (Cruzeiro), como forma de pagamento pela construção da estrada de rodagem de Goyo-en ao Passo dos Índios (Chapecó). Somente esta empresa trouxe aproximadamente 8.000 famílias de colonos do Rio Grande do Sul. As terras eram vendidas com uma entrada de 30% do valor total e o restante em duas prestações semestrais.

Theodore Jean Leon Capelle adquiriu da Companhia Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande grandes extensões que abrangiam as áreas de Rancho Grande e Rio Uruguay. Criou a Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle & Irmão e atuou ainda nas seguintes áreas: Vila do Rio Uruguai – 134 hectares, Vila Bela Vista – 163 hectares, Chácaras Pará – 16 hectares e na Volta do Estreito, 1.058 hectares. No início da década de 1920, Capelle comprou da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande várias propriedades. No Alto Vale do rio do Peixe, comprou as propriedades de Rio das Antas e Caçador, cujas áreas perfaziam 22.383 hectares. Destes, 1.506 hectares já divididos em lotes e 7.851 ainda não divididos. Consta, ainda, de uma área de 86 hectares de terras separadas para as vilas; - Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia, que também atuou nas terras de Rio do Engano, em cujas áreas foram negociadas por diversas colonizadoras e só foram inteiramente medidas e vendidas em plena década de 1930. Dos 1.073.582.648 m² resultaram 3.638 lotes rurais, 256 lotes urbanos e 26 chácaras, ocupados por ítalos e teuto-brasileiros oriundos do Rio Grande do Sul. (SILVA, 1983, p. 80-95).

Enquanto no Extremo-Oeste catarinense e nas terras do vale do rio do Peixe até o rio Uruguai predominaram os colonos oriundos do Rio Grande do Sul, já, mais ao Norte, nas terras próximas e no vale do rio Iguaçu, outras etnias fizeram parte do processo colonizador. Nas terras concedidas pelo governo do estado do Paraná, para a Companhia Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande entre as estações de Legru e São João (atual Matos Costa), surgiram várias colônias, a primeira de rutenos, que foi denominada Nova Galícia. Outras surgiram no Vale do Timbó, como Coronel Amazonas, Santa Cruz, São Pedro, São Miguel e Maratá. Ucrânicos e poloneses aparecem nestas colônias e constituíram a maior parte da mão-de-obra nos projetos de

extração madeireira do Programa Farquhar.

Ressalte-se também que, além das concessões do Paraná, a *Brazil Railway Company* também recebeu concessões de Santa Catarina, como o imóvel Rio Saudades, com 913.634.804 m² de terras no Oeste catarinense. A *Brazil Railway Company*, através da subsidiária *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, transferiu as terras do Rio Saudades para a empresa Bertaso Maia & Cia, para a colonização. Na década de 1930, a empresa foi dissolvida e o sócio Ernesto F. Bertaso acrescentou ao antigo patrimônio outras áreas de terra, reunindo uma área de 2.249.259.441 m² que foram vendidas aos colonos oriundos em sua maioria do Rio Grande do Sul.

A colonização e as representações “do nós” e “dos outros”

Este processo de colonização das terras da região do Contestado e de todo o Oeste catarinense não se deu de forma tranquila. Os diferentes atores sociais nele envolvidos estabeleceram lutas de diferentes matizes.

A colonização brasileira permaneceu essencialmente litorânea, por longo tempo. Alguns ciclos ou atividades econômicas romperam essa prática e avançaram em algumas regiões para o interior do território. No entanto, a maior parte do interior brasileiro permaneceu, para os colonizadores, como sertão difícil de ser conquistado e dominado. Há pouco mais de um século, e em algumas regiões nas últimas décadas, é que esta conquista se efetivou.

Tradicionalmente a ideia simbólica de sertão se ligou aos extensos lugares afastados do litoral ou dos espaços urbanos, cobertos de mata ou, ainda, aos chamados vazios demográficos.

Salienta Arruda (2000, p. 167-8) que os intelectuais urbanos refletiam sobre esse paradoxo do Brasil ser um país tão grande e com a natureza tão rica e, ao mesmo tempo, com a maior parte do território vivendo no torpor de morte, absolutamente parado. A memória que se construiu disso sedimentou as noções do que foi e como ocorreu sua transformação. “O sertão, o interior ou mesmo o campo, começava a sofrer um processo de caracterização, sendo denominado como um espaço ‘selvagem’, ‘bárbaro’, ‘inóspito’ e seus moradores como ‘rotineiros incivilizados, bárbaros’ ou

mesmo ‘selvagens’.

Na colonização do sertão catarinense, essas representações foram relacionadas aos grupos indígenas e caboclos, identificados com tudo o que representava atraso e incivilidade, o que colocava a necessidade de superar tal modo de ser, pois não se inseria na perspectiva do progresso, de modernidade e da civilização almejados. Esse entendimento favoreceu a chamada “limpeza do sertão” promovida com e a partir da Guerra do Contestado.

No final da Guerra do Contestado, o General Setembrino de Carvalho chegou a trocar correspondência com o governador de Santa Catarina aventando a possibilidade de colocação dos capitulantes sertanejos em colônias. Segundo o historiador Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 324), através de um telegrama, o General Setembrino solicitava ao Governador catarinense, Felipe Schmidt, que a Inspetoria Federal de Povoamento do Solo, ligada ao Ministério da Agricultura, colocasse os “ex-fanáticos” em colônias, sendo descartada a possibilidade, pois as colônias existentes estavam organizadas para a recepção de imigrantes europeus.

Ao discutirem o Brasil, no final do século XIX e início do seguinte, as autoridades e a intelectualidade, sentiam-se incomodadas com esse “sertão”, pois ele e sua gente desqualificada não combinavam com o ideário de modernidade que difundiam para colocar o país nesse caminho, como as nações mais avançadas haviam feito.

Esse discurso era saliente nesse período e, como enfatiza Faoro (1989, p. 501), para o brasileiro de então, ser culto e moderno significava estar em dia com as ideias liberais. Acreditava-se que com otimismo e confiança convinha “entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso”.

O entendimento das autoridades catarinenses acerca da necessidade de conquistar e enquadrar o território do sertão, assim como suas populações aos desígnios de progresso, de modernidade e de civilidade; de expandir a propriedade agrícola para ocupar efetivamente a terra; de promover o progresso e o crescimento econômico do Estado e o engrandecimento da coletividade, entre outros, favoreceu a apropriação privada da terra. Esse entendimento servia de argumento aos empresários para justificarem sua atividade, afirmando que ela tinha caráter de “prestação de serviço” e atendia aos interesses do Estado. Valeram-se da fragilidade e limitação do poder público, no que tange a realização de obras de infra-estrutura e se apropriaram das

terras, immobilizando pouco capital. Também permitia que desenvolvessem suas atividades, com pouca vigilância do Estado. Em geral a imagem desses empresários era de pessoas que fizeram avançar o propósito almejado pelo Estado, pela intelectualidade e por setores da sociedade, de levar a “ordem”, o “progresso” e a “civilização” a essa região, “ao sertão”. Fazer avançar a civilização significava fazer esse espaço produzir bens para o mercado interno a partir de uma nova organização social.

Tal processo evidenciou o imiscuir-se entre público e privado. Como destaca Faoro (1989, p. 501), a comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois.

No início do processo de colonização a ferrovia São Paulo-Rio Grande, que talhou o sertão catarinense unindo a região ao centro do país, constituiu-se num dos símbolos da modernidade. Mas a construção da ferrovia por si só, não bastava. Difundia-se a ideia de que somente com o afluxo de pessoas empreendedoras, qualificadas para o trabalho e com visão de futuro se alcançaria a condição ideal almejada para o Brasil.

A colonização do Meio-Oeste e Oeste catarinense se deu nesse contexto de “conquista do sertão” e de preenchimento do “vazio demográfico”, e os “desejáveis” para tal tarefa eram os imigrantes italianos, alemães e poloneses e seus descendentes das antigas áreas coloniais sulinas. A expansão dessa migração possibilitaria “civilizar” esse espaço rural e faria aumentar a população branca, condição para qualificar o estatuto étnico da população e modificar a imagem do Brasil na esfera internacional.

Assim, especialmente entre 1920 a 1960, milhares de migrantes colonizaram essa região. Na condução desse processo estavam as diversas companhias colonizadoras, empresas que, uma vez controlando grandes áreas de terra, as subdividiavam em lotes destinados à agricultura familiar.

Para conferir legitimidade e favorecer o processo de apropriação da terra, em geral as empresas fizeram uso de inúmeros artifícios, muitos deles no campo das representações. Entre as representações estão as que se ligam à ideia da necessidade de “limpeza do sertão”, pela exclusão e marginalização das populações locais, as quais eram definidas como “intrusas, indesejáveis, preguiçosas, atrasadas e incivilizadas”, diferentemente dos colonizadores, representados como “civilizadores, ordeiros e progressistas”.

O que se observou na região do Contestado é um fenômeno ‘inversamente semelhante’ ao estudado por Elias e Scotson, “os estabelecidos e os *outsiders*”. No sertão catarinense “os de fora” se impuseram aos estabelecidos e se sentiram amparados pelos costumes e pelo direito e, estranhos, passaram a ser os indígenas e caboclos que historicamente habitavam as terras.

Trata-se de uma história cheia de conflitos entre os diferentes grupos e, mesmo com resistência, os privilégios de uns representaram a exclusão de outros. Essas representações que se produziram, serviram para justificar comportamentos e atitudes, seja em relação às pessoas, à natureza ou a apropriação da terra. Quem seria ideal para ocupar esses espaços? Que qualificativos deveria ter? Governantes e intelectuais, ou mesmo os migrantes, difundiram e defenderam muitos argumentos, seja para proteger ou repelir determinados grupos. Ideias relacionadas aos “desejáveis” e aos “indesejáveis” deram suporte à luta simbólica dos diferentes atores, nesse processo.

Em geral a intelectualidade era pessimista em relação ao elemento nacional e via nos colonos europeus o melhor caminho para formar um povo progressista. Referindo-se a região de Chapecó, Wenseslau Breves (1985, p. 39, 40 e 42) elogiava as áreas já colonizadas pelos europeus, pois nelas via as belas e grandes plantações, com amplas casas, as quais seriam, para os viajantes, “como um pequeno hotel e que em qualquer delas, poder-se-ia encomendar um almoço ou pedir uma pousada, pois havia abundância (...) como era feliz aquela gente!” Em contrapartida questionava, quando se reportava aos caboclos: por que com eles tudo era diferente? Por que não ofereciam este espetáculo de fartura, se as terras eram iguais, se o clima era o mesmo? Entre as razões coloca o desinteresse dos caboclos em aprender a trabalhar da forma correta como os colonos o faziam.

As representações acerca de quem era “desejado” ou “indesejado” no processo de conquista e civilização do sertão catarinense, aparecem de várias formas, inclusive na publicidade das companhias colonizadoras. Nelas se positivava as imagens das novas terras e da região que já haviam sido colonizadas, caracterizando-as como “prósperos centros econômicos” ou “áreas com grande produtividade”.

Desde o final do século XIX a intelectualidade em geral preocupava-se com o mapa social e cultural do país. Em regra os imigrantes da Europa central ou seus descendentes no Brasil, eram colocados como elementos capazes de “civilizar” o país.

Nessa perspectiva a expansão da imigração e migração de europeus era a oportunidade tão esperada de “civilizar” esses espaços do sertão catarinense e do Brasil.

E em meados do século XX, muito do que se escrevia sobre o antigo sertão catarinense já acenava para o fato que a colonização havia “implantado a civilização”. No início “era puro mato”. O divisor entre o “antes” e o “depois” da colonização aparece sempre com evidência em especial nas falas dos migrantes, dos quais se ouve com facilidade falas sobre este divisor: “sangue novo e são” e “sangue velho”; “no começo era só eles”, depois “foram se mandando pra frente”; “hoje, os poucos que têm, já são muito civilizados.”

Referências

Arquivo Nacional. Programa Farquhar ao organizar a *Brazil Railway Company* – oferecido por Charles Gauld. Rio de Janeiro: 1942.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

BREVES, Wenseslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. n. 6, 1985.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

Jornal O PAIZ. Rio de Janeiro, edição de 32/09/1912.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas(1912-1916). Campinas SP: Editora da UNICAMP, 2004.

NODARI, Renato. **Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande**: causas e consequências de sua construção em território catarinense (1900-1940). (Dissertação). Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, Rosangela C. da. **Terras Públicas e Particulares**: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada. (Dissertação). Florianópolis: UFSC, 1983.